Empenho permanente

O café gera empregos, tem importante função social e merece o trabalho e o interesse permanente do Parlamento

SILAS BRASILEIRO



A cafeicultura ocupa espaço de suma importância em nível internacional, ante a receita gerada no setor cambial dos países produtores, como gerador de empregos e renda, o que lhe imprime incalculável função social.

No Brasil, o café confirma essa afirmativa com a geração de mais de 7 milhões de empregos, respondendo por 5,5% de nossa balança comercial, recolhendo impostos e movimentando diversos setores da economia.

Do próximo Congresso (legislatura 1999-2002) se espera que continue avançando, com políticas inteligentes, arrojadas, pioneiras, com seriedade, objetividade e atenção redobrada para manter a posição conquistada no mercado internacional. Felizmente a cafeicultura tem voz própria no Congresso Nacional, através de líderes do porte do deputado Carlos Melles, grande mestre na matéria.

A representação parlamentar espelha o poder político fundamental para as conquistas empreendidas. A união, o trabalho conjunto e as ações coordenadas dos diversos setores da cadeia agroindustrial do café têm sido vitais para a formulação da política cafeeira nacional, levando sempre em conta as mudanças econômicas indispensáveis à nossa posição estratégica. Por isso é importante a continuidade de uma política setorial adequada à nova realidade.

Decisões democráticas

A primeira missão do parlamentar é, como porta-voz e representante, fazer ecoar nas duas casas legislativas as necessidades do segmento como uma cadeia. A criação do Conselho Deliberativo da Política do Café foi sem dúvida de grande importância para recuperar nossa capacidade de gestão da política cafeeira. No entanto, ainda que o CDPC forme um quadro da melhor qualidade e representatividade, precisa ser aprimorado para manter seu poder de decisão e ser mais deliberativo do que consultivo.

Existe consenso sobre essa necessidade de reestruturação, mas devemos equacionar de modo menos conflitante a força de cada ministério em sua participação no Conselho, principalmente pelo lado governamental. O que se busca é a via democrática para as decisões, evitando-se questões burocráticas, morosas e improdutivas, para um setor que quer continuar avançando e tem pressa de recuperar e reconquistar seus espaços de produção e comercialização.

Governo e iniciativa privada estão na mesa de debate e ambos querem o melhor para o Brasil, já que o café representa muito, social e economicamente. O CDPC deve necessariamente conquistar o poder político que merece e para o qual foi concebido e idealizado.

Soluções necessárias

Recentemente, no último dia 19 de outubro, a convite do dr. Rui Queiroz Guimarães, presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, participamos em Belo Horizonte, na sede da Faemg, de uma reunião na qual os cafeicultores em assembléia nos apresentaram seus pleitos. Entre esses, está o explicitado na Carta de Alfenas, quando cafeicultores e lideranças representando sindicatos, cooperativas e associações de classe do Sul, Sudeste de Minas e Nordeste de São Paulo aprovaram por unanimidade o apoio integral às resoluções da Comissão Nacional de Crédito da Confederação Nacional da Agricultura, extensivo ao Funcafé, entre as quais:

- O adiamento para julho de 1999 de todas as operações de crédito rural de qualquer fonte ou origem, vencidas e a vencer até dezembro de 1998.
- A prorrogação por 20 anos, com quatro anos de carência, extensivo aos financiamentos lastreados do Funcafé.
- O estabelecimento de política adequada aos produtores dos municípios recentemente atingidos por chuvas de granizo.

Foram ainda apresentados ao CDPC pleitos pela aprovação e encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional de expediente que prorroga por 180 dias os seguintes financiamentos fundamentados no Funcafé:

Governo e iniciativa privada estão na mesa de debate e ambos querem o melhor para o Brasil, já que o café representa muito, social e economicamente. O CDPC deve necessariamente conquistar o poder político que merece e para o qual foi concebido e idealizado.

a) financiamentos de custeio da safra 1998;

b) financiamentos de colheita da safra 1998;

c) financiamentos de alongamento do Funcafé;

d) dívidas securitizadas lastreadas no Funcafé.

A pauta inclui estabelecimento de crédito rotativo para custeio e colheita de safra, eliminando a burocracia na contratação, e solicitação ao ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e presidente do CDPC, embaixador José Botafogo Gonçalves, a constituição de comissão interna de representantes no CDPC do setor de produção, dos ministérios da área econômica e do Banco do Brasil, para a proposição de soluções definitivas dos problemas de endividamento da cafeicultura.

Em audiência realizada em 15 de outubro último com membros do governo federal nos diversos ministérios, nos empenhamos pela liberação dos recursos solicitados pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo ao Ministério de Planejamento e Orçamento e à Comissão de Controle e Fiscalização Financeira, para o Programa de Retenção de Estoque e Custeio.

É preciso determinar urgentemente o volume de café colhido na safra 1998/99 e a florada para previsão da colheita da safra 1999/2000. Talvez não se cheguem a produzir 30 milhões de sacas em 1998/99. A verificação vai servir para alavancar o mercado, gerando divisas para o país e remuneração para o produtor.

O custo médio nesta safra foi de R$130,00 por saca colhida em uma lavoura cuja produtividade foi de 25 sacas por hectare, e a média de venda está em R$118,00 – e o produtor, mais uma vez, fica inadimplente por falta de renda. Cada estado deve voltar a exigir a declaração de estoque de café em nome do produtor até o dia 30 de novembro de cada ano, para que se conheça com segurança o estoque nas mãos da produção.

Se os próximos leilões forem praticados com preço mínimo de R$130,00 por saca e os cafés inferiores leiloados no período da entressafra, para não pressionar o mercado para baixo na época da safra, não teremos mais venda de café em leilões abaixo do custo de produção. O café para o consumo interno não deve ultrapassar os R$147,00 por saca, preço vigente na implantação do Plano Real.

São linhas gerais indispensáveis às conquistas que a cafeicultura e toda a cadeia agroindustrial há muito almejam e merecem.



Silas Brasileiro é deputado federal por Minas Gerais, relator da Comissão Especial que debateu o Funcafé, ex-coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, atual presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.